



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



1 **ATA Nº 42/2025 – Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de Concessão de**  
2 **Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade – 13/11/2025** - Ata de  
3 Reunião da Comissão Previdenciária do Instituto de Previdência Social do Município de  
4 Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua  
5 Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro,  
6 realizada às dezessete horas do dia treze de novembro de dois mil e vinte e cinco, na qual  
7 reúnem-se os membros da Comissão Previdenciária instituídos através da portaria de  
8 nomeação nº 001/2025 do Macaeprev: **Adilson Gusmão dos Santos (Presidente),**  
9 **Carolina Quintino Teixeira Benjamin, Daniel Barros Valdez, Héli da Márcia da Costa**  
10 **Mendonça Damasceno, Jessé Silveira de Souza Junior, Priscila Rosemere Bassan de**  
11 **Mello Vasconcellos, Rodrigo de Oliveira Cavour, Túlio Marco Castro Barreto.**  
12 **ABERTURA:** Foi realizada a chamada pelo Presidente **Dr. Adilson Gusmão dos Santos**  
13 estando todos os membros presentes. Logo após, foi tratado o seguinte tema: **Processo**  
14 **Administrativo nº 311.622/2025, Pedido de Revisão de Aposentadoria – Servidor**  
15 **Aposentado Sr. Paulo Afonso Lima Vieira da Rocha, Matrícula nº 9.592, Cargo Fiscal**  
16 **de Atividades Econômicas e Postura – IV – G – Apensado a este o Processo de**  
17 **Aposentadoria nº 311.153/2025 – Pedido de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição**  
18 **e Idade. INTRODUÇÃO –** O presidente, **Dr. Adilson Gusmão**, relatando que a análise em  
19 questão tem por objeto o pedido de revisão dos cálculos de aposentadoria formulado pelo  
20 servidor aposentado Sr. Paulo Afonso Lima Vieira da Rocha, Fiscal de Atividades  
21 Econômicas e Postura, matrícula 9.592, protocolado em 01 de outubro de 2025 (fl. 02). O  
22 referido pedido foi encaminhado à Comissão por determinação do Diretor Previdenciário, Dr.  
23 Júlio Cesar Viana Carlos, conforme despacho datado de 08 de outubro de 2025 (fl. 06), o  
24 qual assim dispõe: *“Trata-se de pedido de REVISÃO DE CÁLCULOS DE APOSENTADORIA*  
25 *formulado pelo Sr. PAULO AFONSO LIMA VIEIRA DA ROCHA, Fiscal de Atividades*  
26 *Econômicas e Postura, matrícula 9.592, protocolado em 01 de outubro de 2025. O*  
27 *requerente solicita, em fls. 02 a 04, a revisão dos cálculos de sua aposentadoria, com*  
28 *fundamento no inciso II, do art. 1º da Lei Complementar nº 351/2025. Cabe ressaltar que a*  
29 *aposentadoria foi calculada com base no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e*  
30 *no artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 138/2009...”*. A Comissão passa a examinar  
31 o pedido de revisão à luz da Lei Complementar nº 351/2025, bem como da legislação





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



32 previdenciária vigente, observando os seguintes aspectos: **Legitimidade:** Se o servidor  
33 atende aos requisitos legais para requerer a revisão da aposentadoria. **Mérito:** Se há  
34 fundamento jurídico para a concessão da revisão, considerando as novas normas e as  
35 particularidades do caso. **Procedimentos:** Se o pedido foi formalizado conforme as normas  
36 e procedimentos aplicáveis. Após a análise do exposto, os membros destacam os seguintes  
37 pontos relevantes no processo: **Concessão da Aposentadoria:** O servidor Paulo Afonso  
38 Lima Vieira da Rocha teve sua aposentadoria concedida em 18 de setembro de 2025,  
39 conforme Portaria nº 396/2025, publicada em 19 de setembro de 2025 (fls. 110 e 111 do  
40 processo de aposentadoria nº 311.153/2025. **Fundamentação Legal:** Art. 6º da Emenda  
41 Constitucional nº 41/2003 e art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 138/2009. **Custeio e**  
42 **Cálculo:** O custeio é realizado pelo MACAEPREV, de acordo com o parágrafo único, inciso  
43 II, do art. 8º, combinado com o inciso II do art. 19 da Lei nº 1998/1999. Foram computadas  
44 todas as parcelas fixas, inclusive a Vantagem Pecuniária Permanente Variável vinculada a  
45 indicadores de produtividade fiscal. **Análise do Pedido de Revisão:** Considerando a  
46 portaria de aposentadoria, os membros analisaram o requerimento de fls. 04, no qual o  
47 servidor solicita a revisão do cálculo da verba Vantagem Pecuniária Permanente Variável  
48 vinculada aos indicadores de produtividade fiscal. **Alegação do Servidor:** O servidor alega  
49 que não foram considerados os períodos de novembro de 2016 a fevereiro de 2017, maio de  
50 2020 a julho de 2020, agosto de 2020 a dezembro de 2020 e agosto de 2022 a setembro de  
51 2022. Além disso, informa que foi considerado um tempo de contribuição de 22 anos,  
52 quando o tempo total seria de 23 anos, 3 meses e 8 dias. Após debates, os membros  
53 emitiram as seguintes considerações: **a)** Foram analisadas as fichas financeiras (fls. 52 a 76  
54 verso) e as planilhas elaboradas pelo setor de arrecadação (fls. 78 a 80), que contêm os  
55 valores da verba de produtividade que obtiveram as devidas contribuições previdenciárias.  
56 **b)** Na apuração da média aritmética simples (fls. 82 a 87), foram contabilizados, para fins de  
57 cálculo, apenas os valores sobre os quais houve contribuição, correspondendo ao número  
58 de anos completos de contribuição, ou seja, 22 anos. **c)** O servidor informa possuir 23 anos,  
59 3 meses e 15 dias de tempo total. Contudo, cabe esclarecer que, ao reduzir os 7 meses sem  
60 contribuição, o setor previdenciário computou, no cálculo da aposentadoria, apenas os anos  
61 completos, totalizando os 22 anos considerados. **Conclusão:** A Comissão, pautada na  
62 legalidade e no princípio contributivo, sugere o **Indeferimento** do pedido de revisão dos

→ B 2

cálculos de aposentadoria formulado pelo Sr. Paulo Afonso Lima Vieira da Rocha, uma vez que **não há comprovação de contribuição previdenciária** sobre os valores das vantagens pecuniárias variáveis nos meses citados. Diante do exposto, por unanimidade, os membros da Comissão sugerem o **INDEFERIMENTO** do pedido formulado pelo servidor Sr. Paulo Afonso Lima Vieira da Rocha, e sugerem que a Diretoria Previdenciária adote as seguintes providências: a) Que o servidor seja cientificado acerca do teor desta Ata. b) Que esta Ata seja encaminhada ao Presidente para ciência. Nada mais havendo, às dezoito horas e cinco minutos foi dada como encerrada esta reunião, na qual eu, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, lavrei a presente Ata sendo assinada por mim e pelos demais Membros presentes que estão de acordo com a presente.

  
**Adilson Gusmão dos Santos**

  
**Carolina Quintino Teixeira Benjamin**

  
**Daniel Barros Valdez**

  
**Hélida Márcia da C. Mendonça Damasceno**

  
**Jesse Silveira de Souza Junior**

  
**Priscila Rosemere B. de M. Vasconcellos**

  
**Rodrigo de Oliveira Cavour**

  
**Túlio Marco Castro Barreto**